



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

**PENSAMENTO PÓS-MODERNO E DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO
DE SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS LIMITES E CONFLITOS DESTA RELAÇÃO.**

NICOLE CRISTINA OLIVEIRA SILVA¹

RESUMO

O artigo versa sobre o pensamento pós-moderno e aborda o processo de construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para o curso de Serviço Social. Relaciona ambas as discussões, apresentando limites e conflitos desta relação. Ao fim, afirma a importância de os cursos de Serviço Social balizarem seus projetos pedagógicos pela direção dada pelas Diretrizes de 1996.

Palavras-chaves: pensamento pós-moderno; diretrizes curriculares; ABEPSS; Serviço Social.

ABSTRACT

The article deals with postmodern thinking and addresses the process of constructing the 1996 ABEPSS Curricular Guidelines for the Social Work course. It relates both discussions, presenting limits and conflicts of this relationship. In the end, it states the importance of Social Service courses guiding their pedagogical projects according to the direction given by the 1996 Guidelines.

Keywords: postmodern thought; curriculum guidelines; ABEPSS; Social Work.

INTRODUÇÃO

Em seus quase 90 anos de existência no Brasil, a história do Serviço Social tem sido marcada por profundas mudanças impulsionadas por transformações ocorridas no mundo e no país. Da gênese entranhada no conservadorismo religioso nos anos 1930, passando pela “virada” no bojo das lutas contestatórias da ditadura civil-militar (Cf. Netto, 2010), até os dias atuais, podemos elencar diversos marcos na profissão que contribuíram para a configuração

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atual do Serviço Social brasileiro. Dentre estes acontecimentos, destacamos a publicação de três importantes documentos na década de 1990 que, no tempo corrente, orientam o exercício e a formação profissional: *Código de Ética Profissional de 1993*, *Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão* e *Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996*. Estes documentos expressam concretamente e são tributários da maturação do processo de ruptura com o conservadorismo que se espalhou pela categoria profissional na década de 1980 (Netto, 2010). Neste artigo, nosso olhar se debruçará sobre as Diretrizes Curriculares considerando a importância da reflexão sobre a formação profissional em tempos de ingerências conservadoras na realidade brasileira.

Os estudos, pesquisas, debates, documentos e produções intelectuais do Serviço Social têm direção teórica fortemente ancorada no campo marxista, cuja teoria social crítica é hegemônica para interpretar a realidade e dar substância às diretrizes formativas na profissão. Nas Ciências Sociais e Humanas, contudo, os escritos de Marx (1818-1883), bem como os derivados desta tradição, não necessariamente ocupam a mesma centralidade. Assim, no campo da teoria social contemporânea, há uma expressividade de pensadores como Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Martin Heidegger (1889-1976), bem como de outros autores tributários de sua influência: Michel Foucault (1926- 1984), Pierre Bourdieu (1930-2002), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Gilles Deleuze (1925-1995), Félix Guattari (1930-1992), Jacques Derrida (1930-2004), Jean-François Lyotard (1924-1998), Louis Althusser (1918-1990), Theodor W. Adorno (1903-1969), dentre outros² parametrizados teoricamente no estruturalismo (Cf. Dosse, 2007^a; Dosse, 2007, b), “um dos temas dominantes da cultura moderna” (Coutinho, 2010, p.15) e que conformam o que denominamos como pensamento pós-moderno.

Considerando que o Serviço Social está vinculado ao campo das Ciências Sociais e Humanas e que há uma predominância do pensamento dos autores citados, não seria leviano apresentar a hipótese de que nossa profissão pode, em alguma medida, se apropriar e balizar algumas de suas discussões tomando como referência teórica os debates advindos deste campo. Por essa razão, consideramos importante refletir e apontar elementos para um debate entre o pensamento pós-moderno e as fundamentações teóricas da formação em Serviço Social

² É importante destacar o quanto é equivocado classificar estes pensadores sob o rótulo “conservadores” ou “neoconservadores” sem que sejam conhecidos o conteúdo de suas produções. Por outro lado, é equivocado, também, classificar o anticapitalismo presente em parte das produções dos autores citados como sinônimo direto de pertença ao campo teórico marxista. Estes pensadores possuem diferenças substanciais entre si – embora “manifestem-se no interior de uma unidade essencial, assegurada inicialmente pela “miséria da razão” que todos praticam” (Coutinho, 2010, p.18) - e mais ainda em relação a Marx, de maneira que qualquer classificação imediata é passível de graves erros teóricos e conceituais.

contidas nas Diretrizes no sentido de pensar sobre os limites e conflitos desta relação.

Assim, o presente artigo discorre sobre os elementos que conformam e caracterizam o pensamento pós-moderno, situando suas determinações sociais. Aborda, também, o processo histórico de construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para o curso de Serviço Social, com ênfase na compreensão de suas fundamentações teórico-metodológicas. Em seu decorrer, busca relacionar ambas as discussões, apresentando limitações e cisões entre o pensamento pós-moderno e as Diretrizes, haja vista a compreensão de que as bases do documento profissional direcionam a formação segundo a perspectiva de compreensão da realidade possibilitada pela teoria social marxista, portanto, em campo distinto do pensamento pós-moderno.

Considerando a complexidade do debate proposto neste texto, não se pretende, em seus limites, apresentar uma análise das minúcias deste pensamento e das dissidências e semelhanças de seus principais expoentes, que podem ser apreendidas com rigor na análise cuidadosa de Dosse (2007a, 2007b). Assim, o que almejamos é apresentar a conjuntura que possibilitou o surgimento deste campo do pensar bem como seus caracteres gerais de modo que, a partir disso, seja possível estabelecer uma conexão reflexiva com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, indicando as limitações e conflitos há pouco mencionados.

Para tal, tomamos como referência estudos de autores que se propuseram a compreender e interpretar o pensamento pós-moderno, cuja gênese se localiza na fase imperialista do capitalismo e à sua filosofia correspondente (Lukács, 1979), como Lukács (1979), Coutinho (2010), Dosse (2007a; 2007b), Ferry e Renaut (1988) e Woods (1996). O estudo deste pensamento requisita o conhecimento das condições sociais que possibilitaram sua emergência na transição do século XIX para o XX, bem como sua consolidação e expansão no campo científico no curso do século XX, no sentido de conhecermos sua determinação social.

Assim, na primeira parte deste artigo, buscamos apresentar o quadro histórico geral que engendrou as condições possíveis à existência do pensamento pós-moderno. Além disso, considerando sua expressividade no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, apresentaremos, também, seus aspectos comuns, ou seja, os elementos que, guardadas as diferenças teórico-filosóficas entre seus autores, perpassam, em última instância, o conjunto de suas produções intelectuais. Em um segundo momento, analisamos o texto da Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, estabelecendo reflexões com o pensamento pós-moderno e apontando, no curso, algumas inconsistências entre ambos. Cabe sobrelevar que este artigo pretende provocar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um debate no Serviço Social, somando-se a outras produções já existentes sobre a temática. No entanto, de modo algum, as linhas a seguir a esgotam. Assim, ressaltamos a necessidade de a categoria profissional dar continuidade e aprofundamento aos estudos aqui apresentados.

1) DETERMINAÇÃO SOCIAL E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: APORTES PARA SUA COMPREENSÃO

Para que possamos compreender quais os elementos constitutivos do pensamento pós-moderno – cujo estruturalismo é, em nossa perspectiva, uma de suas principais expressões no plano da produção do conhecimento (Cf. Dosse, 2007a) -, é necessário que conheçamos sua determinação social, ou seja, as condições históricas que possibilitaram sua emergência. Para tal, faremos uma breve digressão.

A passagem do século XIX para o século XX, marcada pela expansão imperialista do capital, engendrou indicações do que vivenciaríamos no século seguinte. O período teve como característica a expansão econômica e territorial dos países centrais sobre áreas da África, Ásia e Oceania, maximizando a abrangência e domínio do capital no mundo. Foi uma fase de alargamento e voracidade do modo de produção capitalista, expressão de seu estágio superior e avançado de acumulação. A expansão imperialista e seus desdobramentos provocaram mudanças profundas na realidade de modo tal que refletiram no plano do pensamento, engendrando formulações complexas e de grande abrangência que impactariam o futuro das Ciências Sociais e Humanas.

Em *Existencialismo ou Marxismo*, Lukács (1979) parte de uma questão elementar para compreensão do que conforma a filosofia do período imperialista e de seu pensamento correspondente, qual seja, a filosofia imperialista. Indaga o pensador:

O que há então de novo na filosofia do período imperialista? No seu conjunto, essa filosofia é o reflexo, no plano do pensamento, do imperialismo mesmo, isto é, do estágio supremo do capitalismo, que é também o mais rico em contradições. As contradições próprias à sociedade capitalista, que determinam a evolução, a forma e conteúdo da filosofia burguesa, aparecem no imperialismo sob uma forma objetiva levada ao extremo (Lukács, 1979, p. 27).

Lukács (1979) resgata os períodos principais do evoluir da filosofia burguesa como recurso para, posteriormente, examinar as características essenciais desta no período imperialista. Assim, nos apresenta suas periodizações principais:

O primeiro período é o da filosofia burguesa clássica, que vai até cerca do fim do primeiro terço do século XIX ou, no máximo, até 1848. É esta época que dá origem à expressão mais elevada da concepção do mundo da burguesia, isto é, revolta da burguesia contra a sociedade feudal em declínio. (...). As intervenções da filosofia nos grandes problemas concretos das ciências naturais e sociais mostraram-se férteis e é então que ela se eleva à região das abstrações mais elevadas. É assim que se manifesta seu caráter de universalidade e seu papel de fermento das ciências, que lhe permite descobrir tantas perspectivas novas (Lukács, 1979, p. 31-32).

A filosofia deste período corresponde ao momento de ascensão da burguesia como classe e expressa, no plano do pensamento, suas pretensões universais enquanto potencial vanguarda do progresso social naquele momento. É uma filosofia que reconhece a razão como instrumento de conhecimento do mundo, que parte da compreensão de que há um mundo e uma realidade há serem conhecidos e de que a Ciência pode permitir ao Homem – em sua acepção de gênero humano - conhecê-los. Logo, tanto a razão quanto o Homem lhes são centrais, de modo que podemos caracterizá-la como racionalista e humanista.

No entanto, as mudanças sociais ocorridas no século XIX, principalmente com os movimentos de trabalhadores, apontam para um caminho de erosão da filosofia burguesa clássica. Pontua Lukács (1979, p. 32-33) que “as revoluções de 1830, ainda mais as de 1848, atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social. Em 1830 começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848. Esta data forma, na evolução da filosofia, o limiar de um novo período que termina mais ou menos no início do período imperialista”. Este período é marcado por algumas transições que alterariam a própria perspectiva de classe da burguesia: agora, não mais potencial protagonista do progresso social, mas sim constituída como classe

(...) defensiva contra o proletariado ascendente. Outro grande processo histórico da época das revoluções burguesas, o da formação dos Estados nacionais, termina igualmente pela realização da unidade nacional alemã e italiana, no quadro dos Estados reacionários. É a era dos compromissos sociais asfixiantes, a época de Napoleão III e de Bismarck. A antiga democracia burguesa periclita e se desfaz continuamente depois de 1848. Liberais e democratas separam-se e terminam por se voltar uns contra os outros: o liberalismo se transforma em um “liberalismo nacional” de caráter conservador. O desenvolvimento tumultuoso da produção capitalista em toda a Europa Ocidental e Central forma o pano de fundo econômico desta corrupção da democracia. O capitalismo continua sua ascensão, aparentemente ilimitada, desembaraçado de todo problema (Lukács, 1979, p.33).

Este período de efervescência é o momento do esfacelamento da possibilidade de progresso social capitaneada pela então burguesia ascendente do período clássico que, naquele



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

momento, “representava objetivamente os interesses da totalidade do povo, no combate à reação absolutista feudal” (Coutinho, 2021, p. 21). Agora, estão solapadas as probabilidades progressistas universais e é o proletariado que “surge na história como classe autônoma, em-si e para-si” (Coutinho, 2021, p. 21), enquanto a burguesia assume a perspectiva de conservação da própria ordem, ao mesmo tempo em que expande seu potencial territorial e econômico quase irrestritamente. Considerando essas alterações, quais serão suas correspondências na esfera da filosofia e do pensamento?

A filosofia deste período constitui reflexo exato, no plano do pensamento, do compromisso social. Renuncia à missão de dar respostas às últimas questões do espírito. No plano da teoria do conhecimento, esta tendência se manifesta pelo agnosticismo, o qual pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade e que este conhecimento não teria aliás nenhuma utilidade para nós. Só temos que nos preocupar com as aquisições das ciências, especializadas e separadas umas das outras, conhecimentos indispensáveis do ponto de vista da vida prática de todos os dias (Lukács, 1979, p. 32-33).

Assim, o que a filosofia deste período preconiza é o conhecimento fragmentado em detrimento da universalidade aviltada no período anterior. Se antes havia alguma “essência” no mundo a ser conhecida pela razão, agora, no imperialismo, esta possibilidade não mais se coloca pelo fato de, sequer, ser necessária. As questões universais vão sendo substituídas por uma forma pragmática de compreensão do conhecimento, onde a importância está em acessar, de forma parcelada, apenas o que for necessário à objetividade da vida. Neste esteio, afirma Coutinho (2010, p. 21) que esta época é “assinalada por uma profunda decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética”. É diante deste histórico da evolução do pensamento burguês que Lukács (1979) afirma que a chamada “nova” filosofia do período imperialista não apresenta mudanças radicais em relação a seu período precedente, pois o que se assiste é “um impulso afirmado após 1848, porque é sempre uma camada de intelectuais que faz a filosofia para seu próprio uso” (Lukács, 1979, p. 36). Dito isso, é possível afirmar que a filosofia imperialista tem como marca o fato de que seus

(...) intelectuais não colocam mais os grandes problemas universais da burguesia na sua fase ascendente, mas limitam sua reflexão aos interesses da burguesia, por volta do fim do século XIX. Que se pode concluir de tudo isso quanto ao conteúdo e à forma da filosofia nova? É fácil ver, primeiramente, que os fundamentos burgueses persistem, sem ter sofrido nenhuma crítica séria. Além disso, a camada social que se tornou depositária



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

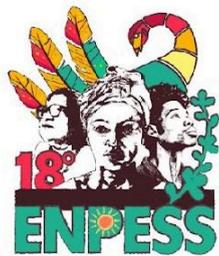
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da filosofia nova, conhece cada vez menos a estrutura econômica da sociedade burguesa e se mostra mesmo cada vez menos inclinada a estudá-la enquanto problema filosófico. Certamente, o tom de crítica torna-se aparentemente mais agressivo, mas quase diz respeito somente à cultura propriamente dita e à moral individual, isto é, problemas que interessam diretamente aos intelectuais enquanto camada social. (...). Acrescentemos, de passagem, que esse afastamento das questões sociais, dos problemas da economia e da vida política, coincide objetivamente com as exigências de classe da burguesia imperialista e que é, ao mesmo tempo, a consequência necessária da posição social da "intelligentzia" desse período (Lukács, 1979, p.38).

Colocadas estas breves ponderações, cabe, agora, pontuar que este pensamento forjado no quadro histórico apresentado, adquire novos adeptos à medida em que se expande no novo século impulsionado por suas profundas transformações. O século XX foi marcado por eventos que alteraram o curso da história e provocaram mudanças significativas na ordem social do mundo que, por sua vez, refletiram de modo particular em cada país a depender de suas configurações sócio-históricas e inserção econômica na ordem do capital. Aqui, podemos citar: duas guerras mundiais, crises econômicas, revoluções socialistas, insurgência de "novos" movimentos sociais e crise do socialismo real.

No âmbito do pensamento, estes processos também serão refletidos intelectualmente como reflexos dos acontecimentos e, parte dos pensadores estruturalistas (Dosse, 2007) é contemporânea à esta época. Suas produções intelectuais serão influenciadas por expoentes da filosofia imperialista, como Nietzsche e Heidegger, e responderão a distintas questões conjunturais, a saber.

Diversos acontecimentos históricos encontram-se na origem da empresa comum que marca os intelectuais desse período. Em primeiro lugar, a Segunda Guerra Mundial e a dificuldade, sublinhada por Theodor Adorno, de considerar com o mesmo otimismo do princípio do século 20 uma história ocidental que, depois de Auschwitz, transformou-se em abominação, em crime contra a humanidade. A história ocidental vai se tornar o lugar mesmo da dúvida, do questionamento, da ultracrítica. O inferno já não é mais os outros, como dizia Sartre, mas o próprio "eu". (...) A desesperança, que engendra a distância crítica da desconfiança, vai se acentuar no curso dos anos 50 e 60 com a progressiva emancipação dos povos colonizados, que irão romper com o jugo colonial e conquistar sua independência. Muitos intelectuais verão nessa rejeição da inserção ocidental a confirmação de sua posição crítica, e considerarão a figura do Outro, a da alteridade absoluta em relação ao Ocidente, como o lugar mesmo da expressão da verdade e de uma certa pureza. Essa saída da história ocidental, que permite encontrar nos bororo ou nos nhambiquara a expressão do berço purificado da humanidade, será também reforçada pelas revelações sucessivas sobre o que ocorre de fato com o marxismo real, nos países comunistas, que alguns haviam considerado como a encarnação de sua esperança. (...) Vários dentre esses intelectuais romperão com a cultura comunista, abandonarão a história nas pontas dos pés e se refugiarão na interioridade dos textos, na ciência, na dissolução do sujeito e do significado (DOSSE, 2007a, p. 14-15)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Não nos restam dúvidas de que é um período marcado por angústia e desilusões. O progresso social não se efetivou no período de ascensão da burguesia e o capitalismo mostrou-se não como um modo de produção em favor da realização humana, mas sim como um sistema que se realiza às custas da humanidade, conforme o horror da Segunda Guerra Mundial mostrou para o mundo. Por outro lado, seu contraponto imediato, o comunismo, efetivou-se, no concreto, com contradições sérias que resultaram em questionamentos, inclusive de parte de seus entusiastas.

Ademais, os eventos de Maio de 1968 na França, berço de importantes intelectuais deste período, também foram determinantes na conformação do pensamento pós-moderno no século XX, de maneira que Ferry e Renaut (1988) denominam a produção correlata a este período de “pensamento 68” ou “filosofia francesa dos anos 68”. Segundo estes autores, “cada um em seu estilo próprio, os filósofos dos *sixties* esboçaram interpretações sobre Maio 68 onde tentaram sugerir que o movimento tinha, de certa forma, um alcance filosófico estritamente ligado, em suas opiniões, àquilo que eles mesmos, a partir de seus interesses filosóficos específicos, tomavam por objetos essenciais de suas preocupações teóricas” (Ferry; Renaut, 1988, p. 14-15).

Na conjunção apresentada, estavam coladas as condições para o questionamento do projeto da modernidade e, por conseguinte, de seus pressupostos, como o humanismo e a razão. Neste momento, é necessário ressaltar a crítica à modernidade presente nestes pensadores, compreendendo que esta não é infundada, mas que encontra ecos na própria realidade dos acontecimentos daquele momento. Ferry e Renaut (1988, p.19-20) nos elucidam que

É evidente que a oposição do pensamento 68 ao humanismo não significa absolutamente que tenha estado no projeto deste pensamento defender a barbárie e advogar em favor do inumano. Na realidade, é em nome mesmo dos efeitos supostos catastróficos (para quem, senão para o homem?) do humanismo moderno que este devia aparecer como o inimigo do pensamento. Sem entrar ainda na análise das modalidades específicas deste anti-humanismo, é preciso sublinhar, se desejarmos ao menos captar seu motivo, que ele se apoia sempre sobre uma argumentação, segundo a qual o humanismo da filosofia moderna, aparentemente emancipador e defensor da dignidade humana, não teria feito mais do que se transformar em seu contrário para tornar-se o cúmplice, ou mesmo a causa da opressão (Ferry; Renaut, 1988, p.19-20).

O que observamos é que há neste pensamento um deslocamento: as causas da opressão não são atribuídas ao modo de produção capitalista, mas sim à modernidade. Desse modo, o ponto dorsal de sua crítica será ela, e não as determinações econômicas da sociabilidade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

burguesa. Assim, na medida em que a modernidade é posta em dúvida e que há a consideração de que sua efetivação objetiva se deu em direção oposta a seu projeto de progresso, as produções intelectuais que lhe questionam passam a utilizar a autodenominação “pós-modernas”. Segundo Wood (1996, p.120) “enquanto alguns à direita proclamam o “fim da história” ou o triunfo final do capitalismo, certos intelectuais de esquerda nos dizem que uma época terminou, que vivemos numa era “pós-moderna”: o “projeto do Iluminismo” está morto, todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, os velhos princípios de racionalidade não valem mais, e assim por diante”.

Com base no que expusemos até aqui, em linhas gerais, é possível afirmar que o pensamento pós-moderno, guardada a diversidade entre seus representantes, possui algumas características semelhantes e comuns em suas obras, como:

ênfase na linguagem, na cultura e no “discurso” (com o argumento de que a linguagem é tudo o que podemos conhecer sobre o mundo e de que não temos acesso a nenhuma outra realidade), em detrimento das preocupações “economicistas” tradicionais da esquerda e das velhas preocupações da economia política; rejeição do conhecimento “totalizante” e dos valores “universalistas” (incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, as ideias gerais de igualdade, liberais ou socialistas, e a concepção marxista da emancipação humana geral), em benefício da ênfase na “diferença”, em identidades particulares diversas como gênero, raça, etnicidade, sexualidade e em várias opressões e lutas particulares e separadas; insistência na natureza fluida e fragmentada do eu humano (o “sujeito descentrado”), que toma nossas identidades de tal modo variáveis, incertas e frágeis, que é difícil ver como podemos desenvolver o tipo de consciência capaz de formar a base para a solidariedade e a ação coletivas fundadas numa “identidade” social comum (como a classe), numa experiência e em interesses comuns - uma exaltação do “marginal” -; e repúdio das “grandes narrativas”, tais como as ideias ocidentais de progresso, incluindo as teorias marxistas da história (Wood, 1996, p. 123-124).

Em detrimento da razão, a ênfase no discurso, na linguagem e na intuição como o que podemos conhecer do mundo admitem “implicitamente que as ideias e as noções que existem apenas na consciência são elas mesmas realidades objetivas” (Lukács, 1989, p.47). Nesta concepção, não existe verdade concreta no mundo: o que existem, são interpretações.

Diante do que foi colocado, ressaltamos, por fim, que o pensamento desses autores é relevante em diversas constatações e análises³. No entanto, a breve reflexão que buscamos trazer aqui toca nas questões de fundo, naquilo que está na fundamentação destas críticas. Conforme apontamos anteriormente, embora os pós-modernos sejam diversos entre si,

³ A sexualidade, a loucura e as prisões em Foucault; a universidade em Bourdieu; a indústria cultural em Adorno e Horkheimer, por exemplo, trazem à tona debates que são fundamentais em uma perspectiva anticapitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aspectos como irracionalismo e anti-humanismo perpassam suas produções (Cf. Wood, 1996). No limite, não há razão que possa conhecer o mundo e, portanto, dada essa inexistência, não há realidade que possa ser conhecida e, assim, radicalmente transformada. Desse modo, ao passo em que adota esta perspectiva de impossibilidade de transformação social estrutural, o pensamento pós-moderno pode justificar, em última instância, a manutenção do próprio capitalismo ao não questionar visceralmente suas bases. Tendo em vista que a crítica ao modo de produção em vigor é central na formação em Serviço Social cabe, agora, refletirmos sobre sua relação com os elementos que abordamos até aqui.

1) REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E O PENSAMENTO PÓS-MODERNO

Os eventos ocorridos na conjuntura brasileira na passagem da década de 1970 para 1980 refletem no Serviço Social e impactam em mudanças no interior da profissão que, inscrita na realidade, não esteve alheia às suas transformações. Assim, em fins da década de 1970, o Serviço Social brasileiro, enquanto partícipe das lutas e constatações à ditadura civil-militar, empreendeu um movimento que ficou conhecido como “virada” (Netto, 2010).

Concretamente, a “virada” expressou uma das vertentes do Processo de Renovação do Serviço Social denominada intenção de ruptura com o conservadorismo profissional (Cf. Netto, 2010). Seu principal marco foi a realização do IIIº CBAS/Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, conhecido como Congresso da Virada em razão do “episódio de tomada da direção política do evento pela nova tendência profissional caracterizada em sua base pela crítica e recusa do conservadorismo na profissão, pela busca de sustentação no pensamento crítico marxista e pelo compromisso político profissional com as classes subalternas” (Abreu, 2016, p.236-237). A partir de então,

Assistentes Sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/ trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, a realidade em sua dinamicidade e dimensão contraditória torna-se o chão histórico prenhe de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social. Durante a década de 1980, as necessidades sociais são politizadas pelos movimentos da classe trabalhadora que se formam e se organizam em torno de sua defesa. Direito ao trabalho, à autonomia de organização sindical, à seguridade social, aos direitos sociais, políticos e civis e aqueles relacionados à diversidade humana - como liberdade de expressão, direito à identidade e igualdade de gênero, étnico-racial e à liberdade de orientação e expressão sexual -



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

emergem como demandas concretas e mobilizam os sujeitos individuais e coletivos para a luta. Nas lutas memoráveis desses sujeitos coletivos, Assistentes Sociais entenderam que as condições de vida e de trabalho se alteram mediante processos de resistência. Entenderam, também, que o conformismo que se reproduz na vida cotidiana de amplos segmentos da população diz respeito ao modo de vida instituído pelo projeto do capital que atua na produção de diferentes níveis de exploração e de opressão, na perspectiva de assegurar a reprodução de seu projeto de acumulação. Utiliza, ainda, refinados mecanismos ideológicos de adesão à ordem, e se preciso for, faz valer a “força bruta” para prevalecer seus interesses (CFEES, 2009, p.1).

Foi neste contexto, aliado à já fragilidade da ditadura, que a vertente da intenção de ruptura se espalhou pela categoria profissional nos anos de 1982 e 1983 “favorecido pela conjuntura de transição democrática” (Netto, 2010, p.267)⁴. Nos anos seguintes, a ruptura se consolida hegemonicamente nas entidades representativas do Serviço Social - conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – e adquire maior maturidade nos anos 1990, expressando-se com objetividade nos documentos construídos coletivamente e publicizados pela profissão neste decênio, cuja validade permanece nos tempos atuais. Aqui, damos destaque às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para que possamos delinear reflexões entre o pensamento pós-moderno e suas fundamentações.

As Diretrizes Curriculares expressam a intenção de ruptura com o conservadorismo no âmbito da formação profissional, dando a ela uma direção social crítica e com escopos emancipatórios na contracorrente ao avanço do conservadorismo (Abreu, 2017). Buscam formar assistentes sociais com capacitação teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativa para intervir na realidade e têm como um de seus princípios a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 6). Neste princípio, já é possível observar uma nítida incompatibilidade entre o documento e o pensamento pós-moderno: ao preconizar a possibilidade de se apreender o real como totalidade, as Diretrizes indicam o reconhecimento da razão como instrumento para compreensão do mundo. Ademais, há a ênfase no conhecimento da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares e não fragmentadas, ao contrário do agnosticismo (Lukács, 1979; Coutinho, 2010) que demonstra o parcelamento do conhecimento presente no pensamento pós-moderno por compreender que a razão não pode

⁴ Nesta conjunção, identificamos no Serviço Social as expressões intelectuais deste período, cuja obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Iamamoto e Carvalho (2014), é tributária. Nela, está posta a compreensão da profissão inserida na divisão social do trabalho e no bojo das relações sociais no modo de produção capitalista. A publicação deste livro é considerada “como um “marco na efetiva interlocução com a teoria social de Marx (Yazbek; Martinelli; Raichelis, 2008, p.19), obra também “considerada por Netto (1991) como coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura” (Bravo, 2009, p.689)” (Closs, 2017, p.77).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apreender o real de forma abrangente.

As Diretrizes Curriculares têm centralidade na compreensão da questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão. Segundo Iamamoto (2007, p. 160), a questão social expressa

desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais.

Partindo deste entendimento da questão social, compreendida como expressão da oposição radical das classes fundamentais que formam o capitalismo, é que as Diretrizes estabelecem pressupostos norteadores da concepção de formação presente no documento. São eles:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico- metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p.5-6).

Estes pressupostos também são indicativos de que a fundamentação teórica orientadora das Diretrizes está na contramão do pensamento pós-moderno, visto que, em seu evoluir, este se afastou cada vez mais dos estudos da estrutura econômica da sociedade burguesa (Lukács, 1979). Já no texto das Diretrizes, uma vez que se entende que é em razão da existência da questão social que a profissão tem sua gênese para dar respostas às suas expressões, é perceptível a compreensão de que é no modo de produção capitalista e, em razão de suas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contradições, que a necessidade do Serviço Social se faz na intermediação entre classes diametralmente opostas. Assim, não é possível conceber a existência da profissão em outro modo de produção que não seja o capitalismo, pois são suas contradições que, com as mediações necessárias, engendram a precisão do Serviço Social. Dessa maneira, o debate da estrutura econômica é indispensável à nossa formação.

Mas é também por conta das transformações nas condições e relações contraditórias nas quais o Serviço Social está inserido neste modo de produção, que a própria profissão se modifica no curso da história. Assim, as configurações da questão social e as formas historicamente construídas para seu enfrentamento, num terreno de disputas que envolve Estado, capital e trabalhadores, determinam processos de trabalho em que o Serviço Social se insere. Esta compreensão implica na necessidade de se apreender os processos sociais sob um viés materialista e histórico marxista, que se diferencia radicalmente do pensamento pós-moderno.

Colocadas estas considerações, pontuamos que as Diretrizes Curriculares apresentam três núcleos de fundamentação, a saber:

3.1.1. - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social: Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade

3.1.2. - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (...).

3.1.3 - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais,

ideopolíticas e econômicas (ABEPSS, 1996, p. 10 e seq.).

Do conteúdo dos três núcleos, cabe enfatizar que “o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos” (ABEPSS, 1996, p.8). Nele, destaca-se a centralidade dada ao trabalho, assumido como eixo central da reprodução da vida. Isto implica na existência do homem como sujeito da história, como capaz de transformar a natureza e a si mesmo pelo trabalho. Nesta compreensão, a ação humana é central e diverge substancialmente do anti-humanismo do pensamento pós-moderno, no qual a negação da razão obstaculiza conhecer e transformar o mundo, cabendo apenas de interpretá-lo. Assim, as Diretrizes apontam para um entendimento do homem como sujeito.

No segundo núcleo, observamos a ênfase no conhecimento das particularidades da formação sócio-histórica do Brasil. Se trata de compreender quais são as características que particularizam o capitalismo brasileiro e suas expressões de classe, gênero e étnico-raciais. Este ponto é interessante e requer especial atenção da categoria, visto a existência da crítica de que a tradição marxista privilegia em absoluto a economia sem a devida consideração das particularidades e identidades. O conteúdo das Diretrizes aponta para o conhecimento destas particularidades, mas tomando como referência a análise da universalidade do modo de produção capitalista, pois é nele que elas se expressam. Assim, concordamos com o a posição de Woods (1996) ao afirmar que não é preciso aceitar os pressupostos pós-modernos para debater as particularidades, pois estas requisitam uma explicação materialista.

Já no terceiro, a ênfase está na consideração do Serviço Social como uma especialização do trabalho que tem como objeto as variadas expressões da questão social. Trabalho este que não advém de qualquer abstração e que “tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social” (ABEPSS, 1996, p. 13).

Considerando o exposto, concordamos com Abramides (2019, p. 238) na afirmativa de que as Diretrizes Curriculares de 1996 sintetizam e reafirmam

a direção social do curso; o significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho; a profissão compreendida no âmbito da produção e reprodução social; a fundação sócio-histórica da profissão expressa nas manifestações da “Questão Social”; a totalidade da vida social; o trabalho como categoria fundante do ser social; a condição de assalariamento profissional; a articulação entre projeto profissional e projeto societário da classe trabalhadora (Abramides, 2019, p. 238).

A lógica curricular que tem como pressuposto a questão social, como princípio a adoção de uma teoria crítica para a apreensão da totalidade social e como núcleos os fundamentos teóricos-metodológicos da vida social, da formação sócio-histórica brasileira e do trabalho profissional, não pode se valer de outra teoria senão a marxista para orientar a formação: a lógica que orienta os núcleos das Diretrizes segue o caminho de passagem da universalidade para a particularidade e para a singularidade. Expressa, portanto, o próprio método marxiano.

No entanto, tendo em vista a capilaridade do pensamento pós-moderno nas Ciências Sociais e Humanas, cabe ao Serviço Social se debruçar sobre este campo para que possa compreender seus limites e conflitos em relação às bases que ancoram a formação profissional e, assim, reafirmar seu projeto de formação que, de modo, algum, tem como pressupostos o irracionalismo e o anti-humanismo, característicos do pensamento pós-moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso do texto, propusemos um debate que pudesse apontar tanto as características centrais do pensamento pós-moderno quanto as fundamentações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, para que pudéssemos estabelecer, em linhas gerais, as razões pelas quais apresentam limites e conflitos.

Assim, partindo da compreensão de que as Diretrizes Curriculares tomam como referência o campo teórico do marxismo para orientar a formação em Serviço Social, tentamos demonstrar que as características do pensamento pós-moderno, como anti-humanismo e recusa da razão, não coadunam com o conteúdo e a direção teórica e social do documento proposto pela ABEPSS. Isto porque a fundamentação das Diretrizes parte da compreensão da vida como totalidade social, do trabalho como elemento central e aponta, por conseguinte, para a possibilidade de a humanidade, pela razão e pelo trabalho – e não pela linguagem, pelo discurso ou pelas interpretações –, modificar a natureza, a si mesmos e o mundo.

Com isso, afirmamos a importância da defesa das Diretrizes Curriculares como base dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social e seu conteúdo e direção teórica como uma necessidade em tempos nos quais as possibilidades de se pensar e transformar os modos de viver têm sido tão ausentes, inclusive no campo das Ciências Sociais e Humanas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social* (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em

<
http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

>
Acesso em 08 de agosto de 2024.

ABRAMIDES, M. B. C. *O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, M. L. O. (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

CFESS. 30 Anos do Congresso da Virada. In: CFESS Manifesta, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2024.

CLOSS, T. T. *Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área*. Curitiba: CRV, 2017.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. V. 1. O campo do signo – 1945/1966. Bauru: Edusc, 2007a.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. V. 2. O canto do cisne – de 1967 a nossos dias. Bauru: Edusc, 2007b.

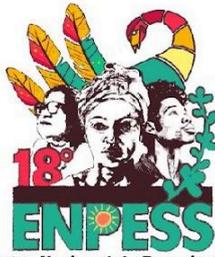
FERRY, L; RENAUT, A. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. *Marxismo e Serviço Social: uma aproximação*. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago-dez/2018. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603>. Acesso em 22 de agosto de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil no pós 64. São Paulo: Cortez, 2010.

WOOD, E. M. *Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna*. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127.